

Ministério da
Cultura



Audiência pública
sobre os
**Desafios do
Ministério da
Cultura**

Cultura como estratégia de desenvolvimento

- Dimensões da cultura
 - Simbólica
 - Econômica
 - Cidadã
- Democratização do acesso a bens e serviços culturais
- Criação de condições de acesso, produção, difusão, preservação e livre circulação
- Ampliação dos diálogos com a sociedade civil
- Fortalecimento das relações institucionais com Congresso Nacional e entes federativos
- Fortalecimento Institucional do MinC
- Cultura como estratégia de desenvolvimento
- Política de valorização e revitalização



Agenda estratégica 2015/2018

- Política para as artes
- Lei Cultura Viva
- Economia da cultura
- Políticas digitais
- Educação e cultura
- Sistema Nacional de Cultura
- Políticas para o audiovisual
- Mecanismos de fomento contemporâneo
- Plano Nacional de Cultura
- Patrimônio Material e Imaterial (Patrimônio de Desenvolvimento, Pac Cidades históricas e Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial)
- Política Nacional de Livro e Leitura
- Políticas para as culturas tradicionais e para os Povos Indígenas e afro-brasileiros
- Cooperação internacional
- Revisão da Lei de Direitos Autorais (Regulação dos Direitos Autorais no ambiente Digital)
- Implementação da Lei nº 12.853/2013 (Regulação e Supervisão da Gestão Coletiva de Direitos Autorais)



Plano Nacional de Cultural

- Instrumento de planejamento, balizador dos horizontes aos quais o país pretende chegar no que tange à cultura, sendo previsto para períodos de dez anos.
- Direito reconhecido na Constituição Federal (§ 3º, art. 215 da CF/88)
- O PNC 2010-2020 é uma Lei (Lei nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010)
- Para que seja posto em prática, o Plano depende da adesão dos estados e dos municípios, o que será feito por meio do Sistema Nacional de Cultura (SNC)
- Conforme orienta a Lei, a primeira revisão do plano deverá ser realizada após 4 (quatro) anos da promulgação, ou seja, após 2 de dezembro de 2014.
- O cronograma de revisão do PNC que o Ministério da Cultura está planejando prevê a realização da consulta pública a partir de agosto, sendo consolidada a revisão final, por parte do CNPC, em outubro de 2015. Esse processo de revisão deverá envolver todo o Ministério da Cultura e suas instituições vinculadas, bem como o CNPC, representantes do Poder Legislativo, dos entes federados e da sociedade civil.



Agenda junto ao Congresso

- ProCultura
- Lei do Direito Autoral
- PEC 421/2014/ PEC 150
- PL 5992/2013 (Estabelece percentuais de regionalização da produção cultural, artística e jornalística)
- PL 807/2015 (Limitações por complexo exibidor para exibir produções que não se caracterizam como obra cinematográfica brasileira)
- Lei de Mestres e Mestras
- Regulamentação da profissão do artesão
- Regulamentação da Lei do SNC
- PNLL



ProCultura

- Superar o atual modelo de financiamento e suas distorções
- Estabelecer um modelo que atenda ao equilíbrio federativo previsto na Constituição Federal
- Fortalecer o FNC

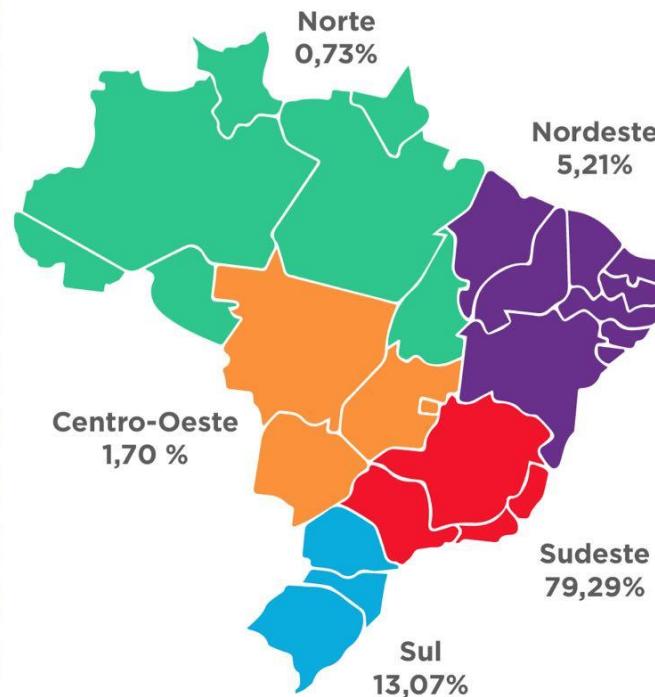


Incentivo Fiscal Federal - Captação de recursos em 2014 por Regiões e Estados

Nos números da Rouanet, os dados de 2014.

DADOS CAPTAÇÃO POR ESTADO (R\$)	(%)
São Paulo	564.202.555,33
Rio de Janeiro	342.030.317,80
Minas Gerais	136.765.756,01
Rio Grande do Sul	80.481.653,16
Paraná	57.024.983,91
Santa Catarina	36.181.934,74
Pernambuco	22.386.514,27
Bahia	18.276.976,02
Distrito Federal	15.440.913,69
Ceará	14.678.066,56
Espírito Santo	10.517.114,57
Pará	6.107.581,69
Rio Grande do Norte	5.836.808,31
Maranhão	4.884.853,30
Goiás	4.135.319,00
Amazonas	2.308.509,57
Mato Grosso do Sul	1.621.075,93
Mato Grosso	1.353.449,70
Piauí	1.303.846,84
Rondônia	1.240.365,00
Paraíba	962.817,01
Sergipe	863.800,00
Alagoas	30.000,00
TOTAL GERAL	1.328.648.227,56

Os estados do Acre, Amapá, Roraima e Tocantins não captaram recursos pela Lei.
Fonte: SalicNet, dados extraídos em 24/04/15 as 14h41. Sujetos a alterações.

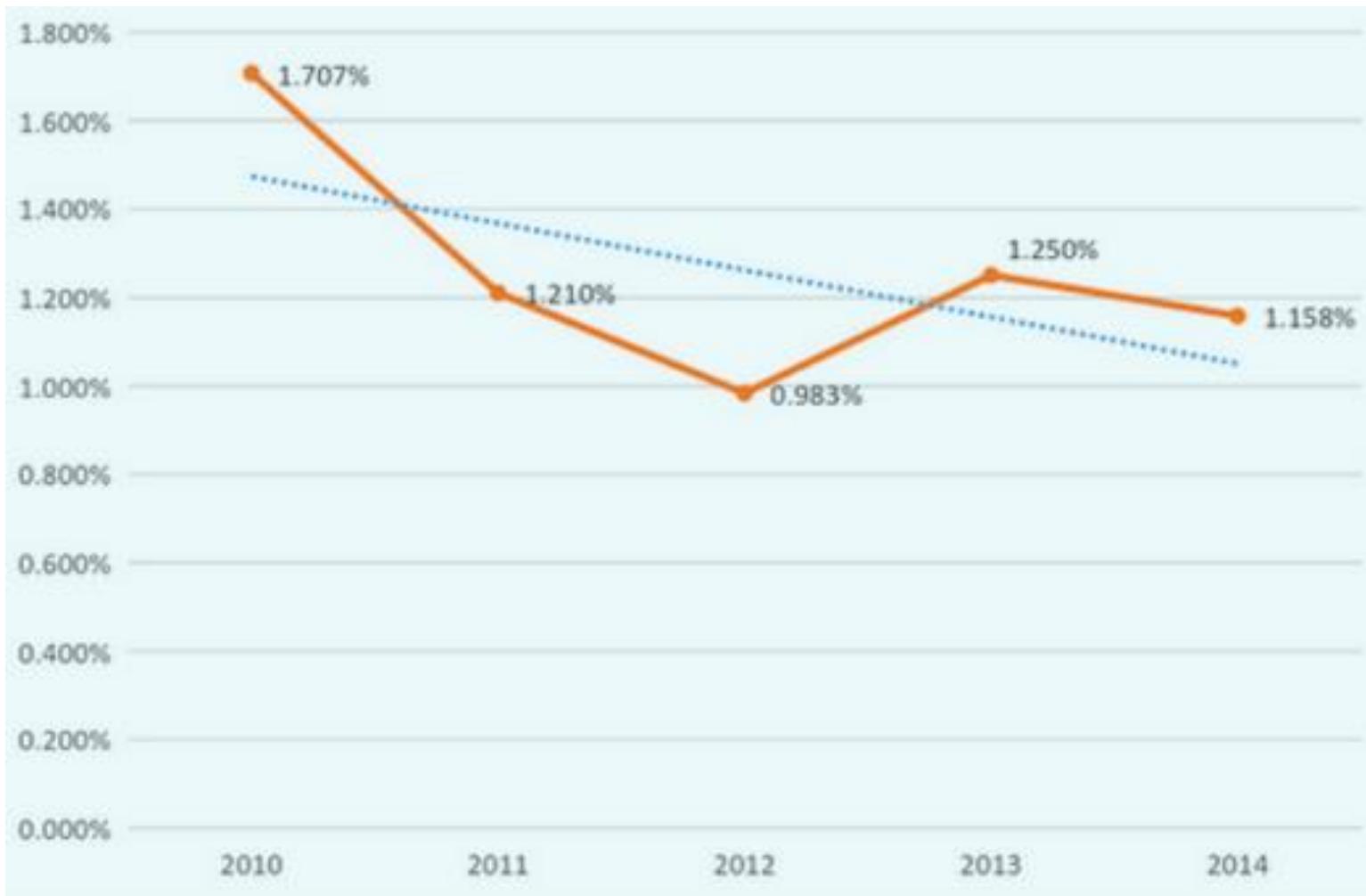


Lei de Direitos Autorais

- Inclusão de Cláusulas Gerais;
- Reequilíbrio das Regras contratuais;
- Ampliação do rol de limitações;
- Garantia da gestão coletiva dos direitos de exibição pública de obras audiovisuais;
- Regulação do uso de obras na internet;
- Adequação das sanções civis;
- Correções conceituais, técnicas e redacionais, solução de omissões da legislação.



Histórico do orçamento do Ministério União / MinC-LOA



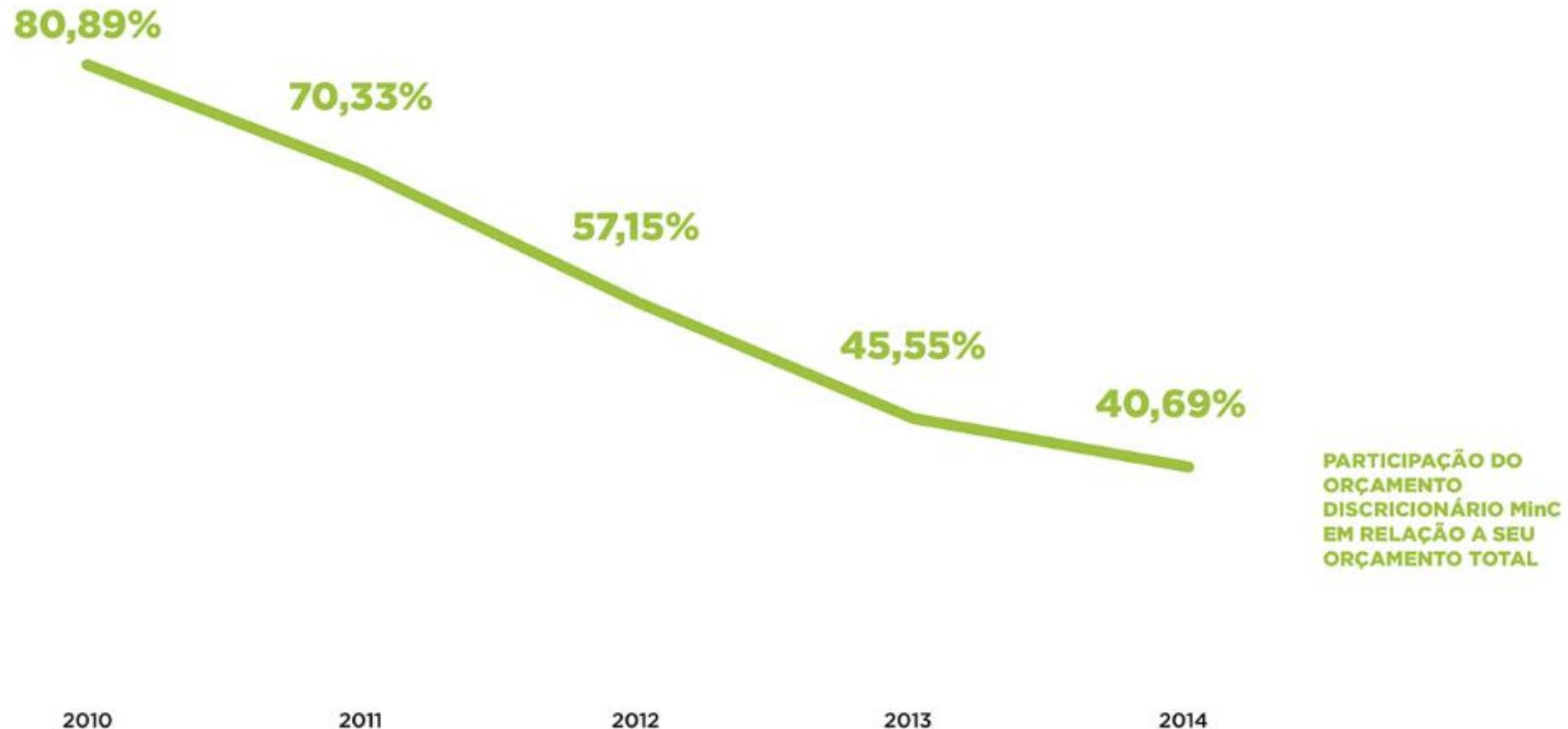
Audiência pública sobre os
Desafios do Ministério da Cultura

Ministério da
Cultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Histórico do orçamento do Ministério

Participação do orçamento discricionário MinC em relação ao seu orçamento total



Emendas

- Melhoria da execução do MinC
- Alinhamento com as políticas do MinC
- Acompanhamento de elaboração das emendas de 2016
 - Seminário para elaboração e formatação das emendas para 2016
 - Catálogo de projetos prioritários
- Aperfeiçoamento do atendimento ao parlamentar

